

LIMA; MICHELLE FARIA LIMA<sup>1</sup>, LIMA; VITHORIA FARIA<sup>2</sup>, SOARES; ANNA LAURA ALVIM<sup>3</sup>, OLIVEIRA; LARISSA MELADO DE<sup>4</sup>, LIMA; LUISA CANEDO LIMA<sup>5</sup>

## RESUMO

Desde o início do século XX, as vacinas, junto com outras ações de vigilância, vêm sendo responsáveis pela eliminação e controle de doenças imunopreveníveis. O Programa Nacional de Imunizações, instituído em 1973, é reconhecido pela população brasileira e bem avaliado pelos resultados positivos alcançados. Desde 1990, as coberturas vacinais infantis estavam acima de 95%, o que indica boa adesão da população à vacinação. Porém a partir de 2016, essas coberturas têm declinado cerca de 10 a 20 pontos percentuais. Isso era inesperado e veio acompanhado do aumento da mortalidade infantil e materna. O Ministério da Saúde, visando fortalecer a vigilância epidemiológica do sarampo, criou em 1999, um Grupo Tarefa com a designação de um técnico de vigilância do sarampo para cada uma das 27 Unidades Federais; dos 10.007 casos suspeitos de sarampo notificados, 8,9% foram confirmados. O Brasil, desde fevereiro de 2018, enfrenta um surto de sarampo, contabilizando até o início de julho mais de 3.000 casos suspeitos e 527 casos confirmados. De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria, mesmo em crianças previamente saudáveis, o sarampo pode ter manifestações clínicas intensas, motivando hospitalizações. Estima-se uma ou duas mortes, provocadas por complicações em cada 1.000 crianças acometidas por sarampo. O Ministério da Saúde recomenda o uso da vacina tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola) aos 12 meses de idade e uma dose da vacina tetra viral (sarampo, rubéola, caxumba e varicela) aos 15 meses. A meta de vacinação é de no mínimo 95%, de forma homogênea em todos os municípios. Em 2017, dados preliminares apontam que a cobertura no Brasil foi de apenas 84,9% para a primeira dose e de 71,5% na segunda dose. Esta situação preocupa as autoridades sanitárias e traz um iminente risco de que a ocorrência de casos se multiplique rapidamente em nosso país, com mortes e hospitalizações. O objetivo deste estudo foi analisar através de dados fornecidos pelo serviço epidemiológico do município de Paracatu/MG a porcentagem de crianças vacinadas com a primeira dose da tríplice viral e com a segunda dose da tetraviral nos anos de 2018 a 2020, e comparar ao total preconizado pelo Ministério da Saúde. Esse estudo expõe a importância de manter as coberturas vacinais e fortalecer os sistemas de vigilância epidemiológica. Foi realizado um estudo através da coleta de dados com autorização do Secretário de Saúde. Observou-se que no ano de 2018 houve cobertura de 87,38% da D1 e 76,86% D2, no ano de 2019 95,17% D1 e 88,97% D2 e em 2020, 94,40% D1 e 94,58% D2. Conclui-se que a cobertura vacinal de 95% não está sendo alcançada no município, o que se torna uma preocupação. São importantes às avaliações constantes das coberturas vacinais, a fim de manter a continuidade, ampliação da cobertura e, disponibilizar informações aos gestores de saúde e a população. A vacinação é uma das principais e a mais eficaz medida de prevenção, tendo como objetivo erradicar doenças infectocontagiosas e esta não pode ser inibida pelos movimentos anti-vacinas ou por desinformação da população.

**PALAVRAS-CHAVE:** cobertura vacinal; sarampo; vigilância epidemiológica

<sup>1</sup> FISIOTERAPEUTA GRADUADA EM FISIOTERAPIA PELA FACULDADE DE FISIOTERAPIA DE PATROCÍNIO-MESTRE EM PROMOÇÃO DA SAÚDE PELA UNIFRAN- FISIOTERAPEUTA EFETIVA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG  
michellefariailima7@gmail.com

<sup>2</sup> ESTUDANTE DE MEDICINA UNIATENAS, vithoriafaria@yahoo.com.br

<sup>3</sup> ESTUDANTE DE MEDICINA UNIATENAS, annaalvimsoares@hotmail.com

<sup>4</sup> ESTUDANTE DE MEDICINA UNIATENAS, larissamelado@hotmail.com

<sup>5</sup> ESTUDANTE MEDICINA UNIATENAS, luisa\_canedo@yahoo.com